

PROGRAMA ESPECÍFICO
ITEM 10.4 DO EDITAL N.º 1 - TJPA/2011

PONTO 1

Direito Civil e Processual Civil

DIREITO CIVIL

1. Atos jurídicos: lícitos e ilícitos. 2. Prescrição e decadência. 3. Prova. 4. Obrigações: características. 5. Responsabilidade civil. 6. Posse. 7. Direitos reais: propriedade. 8. Direito de família: relações de parentesco. 9. Direito das Relações de Consumo: prevenção e reparação dos danos; 10. Locação de imóveis urbanos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Da competência: em razão do valor e da matéria; competência funcional e territorial; modificações de competência e declaração de incompetência. 2. Do juiz. 3. Dos atos processuais: da forma dos atos; dos prazos; da comunicação dos atos; das nulidades. 4. Das provas: ônus da prova; depoimento pessoal; confissão; provas documental e testemunhal. 5. Da sentença e da coisa julgada. 6. Da liquidação e do cumprimento da sentença. 7. Do processo de execução: da execução em geral; das diversas espécies de execução – execução para entrega de coisa, execução das obrigações de fazer e de não fazer. 8. Do processo cautelar: das medidas cautelares: das disposições gerais; dos procedimentos cautelares específicos: arresto, sequestro, busca e apreensão, exibição e produção antecipada de provas. 9. Dos procedimentos especiais: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, ação de improbidade administrativa.

PONTO 2

**Direito Penal, Direito Processual Penal e Ética e Estatuto Jurídico
da Magistratura Nacional**

DIREITO PENAL

1. Fontes do direito penal; princípios aplicáveis ao direito penal. 2. Aplicação da lei penal: princípios da legalidade e da anterioridade; a lei penal no tempo e no espaço; tempo e lugar do crime; lei penal excepcional, especial e temporária; territorialidade e extraterritorialidade da lei penal; pena cumprida no estrangeiro; eficácia da sentença estrangeira; contagem de prazo; frações não computáveis da pena; interpretação da lei penal; analogia; irretroatividade da lei penal; conflito aparente de normas penais. 3. Crime: classificação dos crimes; teorias do crime; o fato típico e seus elementos; relação de causalidade; superveniência de causa independente; relevância da omissão; crime consumado e tentado; pena da tentativa; desistência voluntária e arrependimento eficaz; arrependimento posterior; crime impossível; crime doloso, culposo e preterdoloso; agravação pelo

resultado; concurso de crimes; erro sobre elementos do tipo; discriminantes putativas; erro determinado por terceiro; erro sobre a pessoa; erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição); coação irresistível e obediência hierárquica; ilicitude e causas de exclusão; excesso punível; culpabilidade: teorias, elementos e causas de exclusão. **4.** Penas: espécies de penas; cominação das penas; aplicação da pena; suspensão condicional da pena; livramento condicional; efeitos da condenação; reabilitação; execução das penas em espécie e incidentes de execução.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Fontes do direito processual penal; princípios aplicáveis ao direito processual penal. **2.** Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas; disposições preliminares do Código de Processo Penal. **3.** Processo, procedimento e relação jurídica processual; elementos identificadores da relação processual; formas do procedimento; princípios gerais e informadores do processo; pretensão punitiva; tipos de processo penal; jurisdição. **4.** Ação penal. **5.** Ação civil. **6.** Questões e processos incidentes. **7.** Prova; interceptação telefônica (Lei n.º 9.296/1996). **8.** Sentença e coisa julgada. **9.** Recursos em geral. **10.** Execução penal (Lei n.º 7.210/1984).

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

1. Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções. **2.** Direitos e deveres funcionais da magistratura. **3.** Código de Ética da Magistratura Nacional. **4.** Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: corregedorias, ouvidorias, conselhos superiores e Conselho Nacional de Justiça. **5.** Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados.

PONTO 3

Direito Constitucional e Direito Administrativo

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Dos princípios fundamentais. **2.** Dos direitos e garantias fundamentais: da nacionalidade. **3.** Da organização do Estado: da organização político-administrativa. **4.** Do poder legislativo: das Comissões Parlamentares de Inquérito; do Poder Judiciário; disposições gerais; dos órgãos do Poder Judiciário. Organização e competências. **5.** Do controle da constitucionalidade. Sistemas. Sistema brasileiro: do controle incidental ou concreto; do controle abstrato de constitucionalidade. **6.** Do sistema tributário nacional: dos impostos dos Municípios.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Administração pública: conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material; órgão público: conceito e classificação; servidor cargo e funções; atribuições; competência administrativa: conceito e critérios de distribuição; avocação e delegação de competência; ausência de competência: agente de fato; administração direta e indireta; autarquias; fundações públicas; empresas públicas e privadas; sociedades de economia mista; entidades paraestatais; Constituição Federal de 1988. **2.** Atos administrativos: conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação; fato e ato administrativo; os atos administrativos em espécie; parecer:

responsabilidade do emissor do parecer; o silêncio no direito administrativo; cassação; revogação e anulação; processo administrativo; Lei n.º 9.784/1999; fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos; formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo; validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo; atos administrativos simples, complexos e compostos; atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais; atos administrativos gerais e individuais; atos administrativos vinculados e discricionários; mérito do ato administrativo, discricionariedade; ato administrativo inexistente; teoria das nulidades no direito administrativo; atos administrativos nulos e anuláveis; vícios do ato administrativo; teoria dos motivos determinantes; revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. **3.** Serviços públicos: concessão, permissão, autorização e delegação; serviços delegados; convênios e consórcios; conceito de serviço público; caracteres jurídicos; classificação e garantias; usuário do serviço público; extinção da concessão de serviço público e reversão dos bens; permissão e autorização. **4.** Licitação: conceito, finalidades, princípios e objeto; obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação; modalidades; procedimento, revogação e anulação; sanções penais; normas gerais de licitação; Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações; Lei n.º 10.520/2002 e suas alterações, bem como demais disposições normativas relativas ao pregão; Instrução Normativa do STN n.º 1/1997; sistema de registro de preços. **5.** Controle da administração pública: conceito, tipos e formas de controle; controle interno e externo; controle parlamentar; controle pelos tribunais de contas; controle administrativo; recurso de administração; reclamação; Lei de Improbidade Administrativa (n.º 8.429/1992 e suas alterações); sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição uma; controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro; controle da atividade financeira do Estado: espécies e sistemas; Tribunal de Contas da União e suas atribuições; entendimentos com caráter normativo exarado por tal corte de contas; sistema de correição do poder executivo federal — Decreto n.º 5.480/2005, Decreto n.º 5.683/2006, Decreto n.º 7.128/2010, Portaria CGU n.º 335/2006 —; pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio; prescrição administrativa; representação e reclamação administrativas; advocacia pública consultiva; hipóteses de manifestação obrigatória; aspectos de responsabilidade do parecerista pelas manifestações exaradas e do administrador público, quando age em acordo e quando age em desacordo com tais manifestações. **6.** Bens públicos: classificação e caracteres jurídicos; natureza jurídica do domínio público; domínio público terrestre: evolução do regime jurídico das terras públicas (urbanas e rurais) no Brasil; terras devolutas; vias públicas; cemitérios públicos; portos; utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso, ocupação, aforamento, concessão de domínio pleno; limitações administrativas; zoneamento; polícia edilícia; zonas fortificadas e de fronteira; florestas; tombamento; servidões administrativas; requisição da propriedade privada; ocupação temporária.

PONTO 4

Direito Ambiental e Direito do Consumidor

DIREITO AMBIENTAL

1. Direito ambiental constitucional: meio ambiente como direito fundamental; princípios estruturantes do estado de direito ambiental; competências ambientais legislativa e material; deveres ambientais; instrumentos jurisdicionais — ação civil pública, ação penal pública, mandado de segurança individual e coletivo, ação popular, mandado de injunção ambiental —; função ambiental pública e privada; função social da propriedade; Art. 225 da Constituição Federal de 1988. **2.** Princípios de direito ambiental: prevenção, precaução, poluidor-pagador e usuário-pagador, cooperação, informação, participação, equidade intergeracional; princípios da tutela do patrimônio cultural: cooperação, solidariedade, participação e informação, preservação do sítio e proteção do entorno, uso compatível com a natureza do bem, pró-monumento, valorização sustentável. **3.** Responsabilidade: efeito, impacto e dano ambiental; poluição; responsabilidade administrativa, civil e penal; tutela processual: STF, STJ e tribunais de justiça estaduais; papel do Ministério Público na defesa do meio ambiente; crimes ambientais: espécies e sanções penais previstas; Lei n.º 9.605/1998; Decreto n.º 3.179/1999.

DIREITO DO CONSUMIDOR

1. Integrantes e objeto da relação de consumo. **2.** Práticas comerciais. **3.** Práticas abusivas. **4.** Cobrança de dívidas. **5.** Bancos de dados e cadastros de consumidores. **6.** Tipos penais: omissão de comunicação da nocividade de produtos. **7.** Defesa do consumidor em juízo.